

EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.878 - SP (2019/0251575-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : **DENISE BIASI**
ADVOGADOS : **GISLANDIA FERREIRA DA SILVA - SP117883**
 CHRYSLIA MAIFRINO DAMOULIS - SP203404
 KARINA FERREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - SP299190
EMBARGADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **JOSÉ BAUTISTA DORADO CONCHADO - SP149524**
 ADRIANA RODRIGUES JULIO E OUTRO(S) - SP181297
 ADRIANA MOREIRA LIMA - SP245936
EMBARGADO : **FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**
ADVOGADOS : **LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO -**
 SP361409
 JUSUVENNE LUIS ZANINI E OUTRO(S) - SP399243
 RAQUEL DIAS DA SILVEIRA COUTINHO - RJ178269
SUSCITADO : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE GUARULHOS - SJ/SP**

DECISÃO

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos por DENISE BIASI contra decisão monocrática que não conheceu do conflito de competência ante a sua não demonstração.

Em suas razões, a parte ora embargante suscita a ocorrência de contradição pois, diferentemente do que constou da decisão agravada, a Justiça laboral não apreciou todos os pedidos de sua competência, especialmente, não se manifestou sobre o caráter salarial do complemento temporário variável de ajuste de mercado – CTVA (rubrica 005), do Porte (rubrica 2279) e da APPA (rubrica 2281), os quais foram recebidos pela suscitante durante o transcurso do pacto laboral.

É o relatório. Passo a decidir.

2. Os embargos de declaração objetivam sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão e/ou erro material no julgado (CPC, art. 1022).

Da doutrina processualista extrai-se que a obscuridade consiste na falta de clareza da decisão impugnada, sendo que, diante da função precípua do pronunciamento judicial de emprestar certeza às relações litigiosas que calham às suas portas, não se admitem decisões judiciais não unívocas.

Por outro lado, verifica-se a contradição quando no acórdão se incluem proposições entre si inconciliáveis. Nos termos do magistério de Barbosa Moreira:

Pode haver contradição entre proposições contidas na motivação (exemplo: a mesma prova ora é dita convincente, ora inconvincente), ou entre proposições da parte decisória, isto é, incompatibilidade entre

capítulos do acórdão: v.g. anula-se, por vício insanável, quando logicamente se deveria determinar a restituição ao órgão inferior, para sentenciar de novo; ou declara-se inexistente a relação jurídica prejudicial (deduzida em reconvenção ou em ação declaratória incidental), mas condena-se o réu a cumprir a obrigação que dela necessariamente dependia; e assim por diante. Também pode ocorrer contradição entre alguma proposição enunciada nas razões de decidir e o dispositivo: por exemplo, se na motivação se reconhece como fundada alguma defesa bastante para tolher a pretensão do autor, e no entanto se julga procedente o pedido.

(**Comentários ao Código de Processo Civil**. v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 556-557)

Por sua vez, "o erro material é aquele evidente, decorrente de simples erro aritmético ou fruto de inexatidão material, e não erro relativo a critérios ou elementos de julgamento" (EDcl no AgRg no REsp 1.234.057/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/6/2011, DJe 1º/7/2011).

De resto, nos termos do art. 1.022, II, do Novo CPC, cabem embargos de declaração para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento.

Impende consignar que, no art. 1.022, parágrafo único, do Novo CPC, o legislador destacou duas hipóteses específicas a caracterizar o vício de omissão:

Art. 1.022, parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:

I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.

Sobre tais hipóteses de omissão do art. 1.022, parágrafo único, do Novo CPC, destaca-se o seguinte comentário de Daniel Amorim Assumpção, na obra intitulada *Novo Código de Processo Civil Comentado*:

“O parágrafo único do dispositivo ora analisado especifica que se considera omissa a decisão que deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos (recursos especial ou extraordinário repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas) ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento ou que incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1.º, do Novo CPC, dispositivo responsável por inovadoras exigências quanto à fundamentação da decisão.

O dispositivo na realidade não inova ou tão pouco complementa o inciso II do art. 1.022 do Novo CPC, já que as especificações presentes no dispositivo ora comentado são claras hipóteses de omissão de questões sobre as quais o juiz deve se pronunciar”. (ASSUMPÇÃO. Daniel Amorim. *Novo código de processo civil comentado artigo por artigo*. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017)

3. Com efeito, assiste razão à parte embargante, de fato, a competência para apreciar a lide é do Juízo laboral.

Com efeito, o presente conflito de competência é originário da reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado em desfavor da Caixa Econômica Federal - CEF, onde a reclamante pleiteia verbas de natureza trabalhistas e a respectiva complementação de benefício de aposentadoria, em razão da eventual procedência dos pedidos de índole laboral.

O pedido principal foi bem sintetizado pelo E. Tribunal Regional do Trabalho à fl. 2563, *in verbis*:

"a) Declarar a natureza salarial das parcelas "COMPLEMENTO TEMPORÁRIO VARIÁVEL DE AJUSTE DE MERCADO" - CTVA (rubrica 005) + "PORTE" - rubrica 2279 + "APPA" - rubrica 2281 e, assim sendo, integrar a base de cálculo do salário de contribuição/participação do plano de benefício REB da FUNCEF, para todos os fins de direito, inclusive salamento, devendo também integrar todos os cálculos e contas necessárias para apuração do benefício complementar de aposentadoria concedido ou a ser concedido à demandante, bem como diferenças de complemento de aposentadoria, tudo nos termos da fundamentação".

Como se depreende, a causa de pedir principal da contenda é o pagamento de encargos eminentemente trabalhistas, sendo certo, por outro lado, que a complementação de aposentadoria tem caráter de subsidiariedade.

Nesse contexto, tenho que o conflito deve se resolver em favor do Juízo Trabalhista, não se aplicando, na espécie, o entendimento expresso na Repercussão Geral no RE n. 586.453, cuja ementa assim dispõe:

Recurso extraordinário - Direito Previdenciário e Processual Civil - Repercussão geral reconhecida - Competência para o processamento de ação ajuizada contra entidade de previdência privada e com o fito de obter complementação de aposentadoria - Afirmação da autonomia do Direito Previdenciário em relação ao Direito do Trabalho - Litígio de natureza eminentemente constitucional, cuja solução deve buscar trazer maior efetividade e racionalidade ao sistema - Recurso provido para afirmar a competência da Justiça comum para o processamento da demanda - Modulação dos efeitos do julgamento, para manter, na Justiça Federal do Trabalho, até final execução, todos os processos dessa espécie em que já tenha sido proferida sentença de mérito, até o dia da conclusão do julgamento do recurso (20/2/13). 1. A competência para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar é da Justiça comum, dada a autonomia do Direito Previdenciário em relação ao Direito do Trabalho. Inteligência do art. 202, § 2º, da Constituição Federal a excepcionar, na análise desse tipo de matéria, a norma do art. 114, inciso IX da Magna Carta. 2. Quando, como ocorre no presente caso, o intérprete está diante de controvérsia em que há fundamentos constitucionais para se adotar mais de uma solução possível, deve ele optar por aquela que efetivamente trará maior efetividade e

racionalidade ao sistema. 3. Recurso extraordinário de que se conhece e ao qual se dá provimento para firmar a competência da Justiça comum para o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência buscando-se o complemento de aposentadoria. 4. Modulação dos efeitos da decisão para reconhecer a competência da Justiça Federal do Trabalho para processar e julgar, até o trânsito em julgado e a correspondente execução, todas as causas da espécie em que houver sido proferida sentença de mérito até a data da conclusão, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, do julgamento do presente recurso (20/2/2013). 5. Reconhecimento, ainda, da inexistência de repercussão geral quanto ao alcance da prescrição de ação tendente a questionar as parcelas referentes a aludida complementação, bem como quanto a extensão de vantagem a aposentados que tenham obtido a complementação de aposentadoria por entidade de previdência privada sem que tenha havido o respectivo custeio.

Com efeito, colaciona-se abaixo o entendimento desta Corte Superior de Justiça em situações semelhantes, onde ficou assentado a competência da Justiça Laboral:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA COMUM FEDERAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA CONTRA A CEF E A FUNCEF. PRETENSÃO DE PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS COM REFLEXOS EM VERBAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. CAUSA DE PEDIR. PEDIDO. ESTREITA LIGAÇÃO COM A RELAÇÃO DE TRABALHO ESTABELECIDADA ENTRE AS PARTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação trabalhista proposta contra a Caixa Econômica Federal e respectiva entidade de previdência complementar, FUNCEF, na hipótese em que a autora requer o pagamento de diferenças salariais e seus reflexos em verbas de natureza trabalhista, julgamento do qual decorrerá a necessária adequação do benefício previdenciário complementar.

2. Consoante se depreende da causa de pedir e do pedido postulados pela autora, a presente demanda implica diretamente a alteração de seu contrato de trabalho com a CEF, circunstância que confere à lide natureza eminentemente trabalhista.

3. A eventual modificação no contrato de previdência privada do autor, patrocinado pela empregadora e administrado pela FUNCEF, acaso necessário, deverá ser submetido ao Juízo estadual competente.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 135.700/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 02/05/2018) [g.n.]

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA COMUM FEDERAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA CONTRA A CEF E A FUNCEF.

PEDIDO DE INCLUSÃO NO NOVO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA EMPREGADORA. PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS COM REFLEXOS EM VERBAS DE NATUREZA TRABALHISTA. CAUSA DE PEDIR. PEDIDO. ESTREITA LIGAÇÃO COM A RELAÇÃO DE TRABALHO ESTABELECIDADA ENTRE AS PARTES.

1. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação trabalhista proposta contra a Caixa Econômica Federal e respectiva entidade de previdência complementar, FUNCEF, na hipótese em que o autor requer inclusão no novo Plano de Cargos e Salários da empregadora e o consequente pagamento das diferenças salariais e seus reflexos em verbas de natureza trabalhista, além de indenização por danos morais.

2. Consoante se depreende da causa de pedir e do pedido, o novo enquadramento postulado pelo autor implica diretamente a alteração de seu contrato de trabalho com a CEF, circunstância que confere à lide natureza eminentemente trabalhista.

3. A eventual modificação no contrato de previdência privada do autor, patrocinado pela empregadora e administrado pela FUNCEF, será mera consequência do pleito de inclusão do empregado no novo Plano de Cargos e Salários da CEF.

4. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça do Trabalho. (CC 126.244/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/10/2013, DJe 21/11/2013) [g.n.]

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E LABORAL. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, PROPOSTA POR APOSENTADA CONTRA A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – FUNCEF, VISANDO AO RESTABELECIMENTO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO SUPRIMIDO DOS RESPECTIVOS PROVENTOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PRECEDENTES.

- Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação que objetivar o reconhecimento da natureza salarial das parcelas percebidas a título de auxílio-alimentação, para vê-las incorporadas à sua aposentadoria.

- A função do STJ, como unificador nacional da jurisprudência, impõe que seja mantida a coerência interna dos julgados, devendo prevalecer a corrente majoritária em caso de discordância pessoal, pelo menos até que haja motivo relevante para a revisão da matéria pela Corte.

- Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 44ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ, suscitado.

Agravo não provido.

(AgRg no CC 39.903/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/09/2007, DJ 20/09/2007, p. 217) [g.n.]

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Reclamatória trabalhista, proposta por aposentados e/ou pensionistas, contra a Caixa

Econômica Federal e contra a Fundação dos Economiários Federais – Funcef, visando o restabelecimento do auxílio-alimentação suprimido dos respectivos proventos. Conflito conhecido para declarar competente o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

(CC 27.677/PE, Rel. Ministro CASTRO FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/04/2002, DJ 31/03/2003, p. 142) [g.n.]

Por fim, registre-se que julgada a reclamação trabalhista totalmente improcedente, evidente a prejudicialidade dos pedidos de complementação de benefício de aposentadoria, uma vez que, *a priori*, a improcedência dos pedidos não geraria nenhum reflexo no benefício previdenciário.

4. Ante o exposto, acolho os embargos de declaração com efeitos infringentes para conhecer do conflito e declarar competente o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região para apreciar a matéria.

Publique-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator